



# INFORMA

associação  
dos geógrafos  
brasileiros



Informativo da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local São Paulo nº 89 1º trimestre/2006

# PUBLICAÇÕES LANÇAMENTOS

É com muito prazer que a AGB-São Paulo apresenta suas duas mais novas publicações: o **Boletim Paulista de Geografia nº 82 e 83**. Os dois saem simultaneamente e chegarão aos sócios neste mês de abril. O primeiro traz textos que discutem os movimentos sociais, com autores da América Latina (Colômbia, México e Argentina), além de Sandra Lencioni e Marco Antonio Mitidiero Junior. O **BPG 82** conta com textos do II Encontro Latino-Americano de Estudantes de Geografia e é um grande passo para a aproximação com as discussões de outros países.

Já o **BPG 83** tem como tema a **Perspectiva Crítica**. Ruy Moreira, William Rosa Alves, Amélia Luisa Damiani, Arlete Moysés Rodrigues, Marcos Bernardino de Carvalho e Paulo Roberto Teixeira de Godoy escreveram neste boletim. Como a principal intenção é fomentar um debate qualitativamente diferente, ao

colocar “frente a frente” autores que tenham uma postura crítica diante da realidade em que estamos inseridos, a **AGB-São Paulo** fará um debate de lançamento do **BPG 83, dia 28 de abril, a partir das 19 horas, no Anfiteatro de Geografia da USP, em São Paulo**. Todos os autores que colaboraram com esta publicação estarão presentes para enriquecer ainda mais a leitura.

Outra novidade é que a **AGB-SP**, em parceria com o Labor - Laboratório de Geografia Urbana da USP, lança o **Futuro do Trabalho - Elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro**. A intenção é distribuir essa publicação para os movimentos populares, professores da Rede Pública e outras Seções Locais da AGB, a fim de discutir o tema e colocar as questões em debates.

A respeito da Comissão de Publicações, gostaríamos de ressaltar duas coisas. A primeira é referente ao **BPG 81**, lançado no ano passado.

Gostaríamos de isentar os entrevistados – Ary França, Aziz Nacib Ab’Sáber e Ely Goulart Pereira de Araújo – por possíveis falhas decorrentes da transcrição e edição das entrevistas.

E sobre o **BPG 80**, também queremos dar satisfações aos nossos sócios. A publicação está parada na gráfica, desde 2004, até hoje, com o argumento de que falta um mapa em um dos textos.

Como é uma publicação da gestão anterior da AGB-São Paulo, preferimos esperar uma solução por parte da antiga diretoria. Mesmo assim, pedimos desculpas pelos inconvenientes: aos sócios que até hoje não receberam tal boletim, à gráfica por ter um trabalho parado por quase dois anos e, principalmente, aos autores que têm artigos publicados nesse boletim. Esperamos decidir essa situação na nossa Assembléia (estão todos convidados, veja convocatória na página 5) e, enfim, poder publicar o **BPG 80**.

# EDITORIAL

O primeiro **INFORMA** de 2006 traz três grandes novidades na área de publicações: os **BPGs 82 e 83**, além de uma sobre a crise do emprego, a partir de uma leitura do Grundrisse, de Marx. Para comemorar, a **AGB-São Paulo** realizará um debate com os autores dos textos do **BPG 83**. É na **sexta, 28 de abril, às 19 horas**. E existem ainda outros projetos para o ano, como a reedição do **Seleção de Textos** e, pelo menos, mais dois **Boletim Paulista de Geografia**. Além disso, esta edição do **INFORMA** vem com 12 páginas, sinal de que estamos recebendo mais textos para serem publicados.

Outra notícia sensacional é que as reformas da biblioteca estão bem perto de seu final. Um mutirão de sócios ajudou na pintura das paredes, troca da iluminação, pintura das estantes e uma nova disposição da prateleiras. Tudo para facilitar a busca de informações nos livros e periódicos. O próximo passo será colocar todos os livros de volta nas estantes e, aos poucos, toda a informação será digitalizada.

É importante ainda explicar a presença do texto-convite do geógrafo Cláudio de Mauro. Ele procurou a entidade para apresentar seu projeto visando à disputa das eleições para o Governo do Estado. Na reunião, ele pediu um espaço para colocar um artigo no **INFORMA** e aqui está. Porém em nenhum momento a AGB-São Paulo se coloca ou se colocou como apoiadora de sua candidatura, ou a de seu partido. Assim, o recado está dado.

Há também um texto sobre a participação da **AGB** na Conferência Nacional das Cidades, outro sobre o Fórum Social Mundial realizado em Caracas, na Venezuela, um sobre o Projeto Mapas Livres e, finalmente, um artigo que discute a necessidade da obrigatoriedade da monografia de conclusão de curso no currículo de Geografia. Boa leitura!

## AGENDA GEOGRÁFICA

**IX Eregeo-SE - Encontro Regional dos Estudantes de Geografia do Sudeste**, em Belo Horizonte (MG), de 13 a 16 de abril de 2006. Informações: <http://eregeosebhz.blogspot.com/>.

**Lançamento do BPG 83**, em São Paulo (SP), dia 28 de abril de 2006, às 19 horas, no Anfiteatro de Geografia da USP.

**VIII Colóquio Internacional de Geocrítica - Geografia Histórica e História do Território**, na Cidade do México, de 22 a 26 de maio de 2006.

**14º Encontro Nacional de Geógrafos**, em Rio Branco (AC), de 16 a 21 de julho de 2006. Informações: [www.agb.org.br](http://www.agb.org.br).

**V Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura**, no Rio de Janeiro (RJ), de 27 a 30 de setembro de 2006.

**11º Encontro de Geógrafos da América Latina**, em Bogotá, Colômbia, de 26 a 30 de março de 2007.

O **AGB Informa** é o veículo oficial de comunicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção São Paulo

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade de seus autores

Editores responsáveis:  
Paulo Miranda Favero (coordenador da Comissão de Divulgação),  
Carolina Massuia de Paula  
e Camila Salles de Faria

Tiragem: 500 exemplares

**AGB - São Paulo**  
R. Prof. Lineu Prestes, 338  
Cidade Universitária  
CP 64525 - CEP 05402-970  
São Paulo - SP

Expediente:  
2ª a 6ª feira, das 13h30 às 21h  
Contatos:  
Tel: (011) 3091-3758  
Fax: (011) 3091-3159

e-mail:  
[agbsaopaulo@yahoo.com.br](mailto:agbsaopaulo@yahoo.com.br)

### Associe-se à AGB

A anuidade da AGB-São Paulo para 2006 é de R\$ 35,00 para estudantes de Graduação e de R\$ 70,00 para graduados e demais interessados.

Para se associar, efetue um depósito bancário: Banespa, Agência 0658, Conta corrente: 13.005033-0.

Envie uma cópia do comprovante de pagamento da anuidade junto com sua ficha de associação para a entidade, no endereço acima. Todo sócio tem direito a receber o **AGB Informa** e o **BPG**. Além disso, o associado em dia com a sua anuidade tem desconto na aquisição de livros e publicações, bem como o acesso à maior biblioteca de periódicos da América Latina.

# Impressões Epeguianas

Angélica Fontes Moinho e Lana Floriani

O EPEG-2005, assim como o seu antecessor, teve como objetivo maior a integração dos estudantes paulistas, no que foi muito bem sucedido, considerando-se a presença de escolas que não haviam participado do último encontro, como a UNIFAI e a PUC-Campinas, e até mesmo de um representante do Rio de Janeiro (UFF).

Mas além da presença, a participação dos estudantes nas atividades do encontro também rendeu boas discussões e propostas, como falaremos mais adiante.

Destacamos que essa participação é proporcionada e estimulada pela estrutura do encontro, que permite uma maior liberdade para as pessoas que estão presentes construírem o encontro que elas querem ter. Apesar de o encontro ter sido pensado e debatido anteriormente, a flexibilidade das atividades permitia que se alterasse toda a estrutura criada, pois há apenas o compromisso com as questões apresentadas naquele momento, pelas pessoas que estão ali - dessa forma, da roda inicial do encontro surgiu a proposta de se fazerem grupos de trabalhos diferentes para contemplar os diversos interesses que emergiram da discussão.

Assim, surgiram dois

grupos de trabalhos para o segundo dia do encontro: um que propôs debater a educação e a universidade, e outro que propôs discutir a AGB e outras questões que se entrelaçam com ela. Nesses grupos houve discussões mais aprofundadas, que geraram encaminhamentos objetivando dar continuidade às idéias desenvolvidas no encontro. Algumas dessas propostas foram: criar um estágio de vivência entre os estudantes, dar início à criação de uma universidade livre de geografia, e montar um grupo de trabalho que aborde o tema ENADE e educação.

Observados os encaminhamentos que foram tirados no encontro e as propostas criadas pelos estudantes, podemos agora destacar um pouco das impressões que tivemos dele. Primeiro apontar que as pessoas conseguiram conviver por um final de semana no mesmo local, dividindo tarefas, para assim se manter um ambiente mais agradável, sendo que o que mais nos surpreendeu foi que boa parte dos participantes soube tomar algumas iniciativas a fim de respeitar isso.

Além disso, o EPEG nos mostrou, numa escala menor, que podemos transformar a estrutura dos encontros para que se tornem realmente participativos. O fato de ter que

cuidar do ambiente em que estamos escancara a necessidade da ação de todos para que o encontro aconteça, ao contrário das estruturas em que tudo já está previamente organizado por poucas pessoas, enquanto as outras apenas "consomem" o encontro - o que gera uma postura de esperar que os outros façam, em vez de nós, o que gera um encontro sem um maior envolvimento dos participantes.

Deixamos aqui uma última consideração sobre esse EPEG e os outros encontros estudantis que virão com essa mesma proposta: essa estrutura procura atrair quem realmente está disposto a participar e construir algo, já que não traz maiores atrativos do que as atividades propostas e a liberdade de que os encontristas têm de fazer o que estão a fim, sempre respeitando e organizando conjuntamente o lugar em que estão. Esperamos que a cada ano cada encontro seja uma fonte de aprendizado de convivência para a nossa vida e para as nossas ações, como têm sido esses últimos. E a quem compartilha dessa mesma opinião, que estimulem seus companheiros a participar e agir com a gente em busca de alternativas para o mundo que queremos construir e onde queremos viver.

# CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES:

Fabiana Valdoski Ribeiro

O ano de 2003 foi significativo em relação a avanços do debate sobre planejamento e gestão de nossas cidades. Foi o momento de criação do Ministério das Cidades e das primeiras Conferências Municipais, Estaduais e da Conferência Nacional, que tentavam traçar, junto com os sujeitos envolvidos na luta pelo direito à cidade, uma política de desenvolvimento urbano, fazendo jus aos termos do Capítulo IV do Estatuto da Cidade que rege a Gestão Democrática da Cidade. Nesta ocasião também tivemos o objetivo de construir o Conselho Nacional das Cidades debatendo sua composição, estruturação e competências, estabelecendo um órgão colegiado pelo poder público e pela sociedade civil com a finalidade de formular, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional, no qual a Associação dos Geógrafos Brasileiros esteve envolvida.

Dando continuidade ao processo de democratização do debate sobre as políticas públicas de desenvolvimento urbano, ocorreu nos dias 30 de

novembro e 1º, 2 e 3 de dezembro de 2005 a 2ª Conferência Nacional das Cidades em Brasília. Estavam presentes distintos segmentos: movimentos sociais, empresários, organizações não governamentais, poder legislativo e executivo, universidades e associações profissionais, além de observadores, totalizando 1820 delegados (direito de voz e voto) e 410 observadores.

Mesmo em um período de profunda crise do governo Lula, no qual a própria equipe do Ministério das Cidades foi afetada pela saída do ministro Olívio Dutra com todas suas implicações que disso advêm, coube a tarefa de continuar o debate nessa Conferência. Intitulada *REFORMA URBANA: CIDADE PARA TODOS – Construindo uma política de Desenvolvimento Urbano*, o debate se centrou em quatro temas: Questão Federativa, Política de Desenvolvimento Regional e Metropolitana, Financiamento do Desenvolvimento Urbano e Participação e Controle Social. Além da eleição de novos representantes para os próximos dois anos do ConCidades.

Desta vez o primordial foi criar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, além de outros pontos que foram importantes no debate, demonstrando avanços, segundo alguns movimentos sociais urbanos, na luta histórica pela Reforma Urbana, como a aprovação da simplificação do acesso aos recursos para Moradia Popular, a ampliação das linhas de crédito e subsídios para a população que ganha até três salários mínimos, e a indicação do ConCidades como deliberativo (o que deverá ser aprovado por lei).

Porém não será somente a realização de conferências que poderão levar adiante a Reforma Urbana, é preciso a proposição de ações que encaminhem para a efetivação das resoluções tomadas neste espaço de disputa, já que as Conferências representam um momento de confronto de projetos.

Ou seja, a participação dos vários segmentos aqui tratados nos apresenta o caráter singular que sobressai num momento como este: a visão dos diversos projetos de cidade que a sociedade possui e seu embate em torno das

# Presença da Associação dos Geógrafos Brasileiros

políticas públicas que produzem o espaço urbano, publicizando os conflitos do acesso à terra e o processo de segregação sócio-espacial. Os geógrafos, na condição de profissionais que compreendem tais processos, também estiveram presentes, representando ora suas universidades e instituições ora a AGB e suas seções locais<sup>1</sup>.

A 2ª Conferência Nacional das Cidades permite pensar ao mesmo tempo as possibilidades e limites da organização que se faz em torno dela e, por outro lado, especificamente, refletir sobre a atuação do geógrafo através de sua associação.

Historicamente a AGB se fez presente na luta pela Reforma Urbana, seja na forma de publicações de pesquisas

em relação ao tema, seja através de ações públicas (debates, moções). Na 1ª Conferência se tornou suplente no ConCidades e nesta última manteve-se nessa posição, portanto estando em um espaço para contribuir. Contudo tal participação se configurou tímida, se nos referirmos à dimensão territorial que a AGB (seções locais) abrange. Isto é, a representação se resumiu a um delegado da AGB- Paraíba e outro da AGB – Minas Gerais. Talvez esse balanço de representatividade dos geógrafos e sua associação demonstre mais uma vez a necessidade de pensarmos a AGB neste momento, as suas articulações, as suas contribuições, mesmo porque continuamos no ConCidades.

As questões que nos restam no meio da crise e até exaustivamente repetidas são: Até que ponto os geógrafos reunidos na AGB podem contribuir para um projeto de cidade? Qual a capacidade da AGB de agregar seus profissionais em torno de lutas fundantes para a sociedade brasileira, como historicamente o fez?

Cabe nesta ocasião, portanto, pensar os impactos das resoluções desse processo que ocorreu em 2005 e suas conseqüências, como também, o que ela revela sobre parte da atuação da AGB e seus membros. Pensar o sentido do geógrafo na construção de um projeto de Direito à Cidade significa criar e recriar novas formas de luta que poderão ser reunidas em nossa Associação.

<sup>1</sup> A AGB-SP participou ativamente das Conferências Municipal (São Paulo) e Estadual de São Paulo e proporcionou a minha ida a Conferência Nacional em Brasília, mesmo enquanto representante do Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia/USP, por compreender a importância da participação dos geógrafos no debate sobre a Reforma Urbana.

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A AGB - São Paulo convoca todos os sócios para a 3ª Assembléia Geral Extraordinária da gestão 2004/2006, de acordo com o Capítulo I, título III, Artigo 19 do Regulamento em Vigor. Primeira convocação às 18 horas, ou, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, às 18h30, para apreciar a seguinte Ordem do Dia:

1. Informes;
2. XIV ENG: processo de divulgação e participação da AGB-SP no Encontro;
3. Construção do processo de sucessão: DEN e AGB-SP;
4. Estrutura da sala da AGB-SP (proposta de ampliação da sede);
5. Boletim Paulista de Geografia nº 80;
6. Outros.

**Data: Quarta-feira, 5 de abril de 2006. Horário: 18 horas. Local: Sede da AGB-SP.**

# CHAVEZUELA

Alexandre Santana Odzioba

Na pátria de Simon Bolívar, o primeiro a me dar boas vindas foi o Hugo Chavez, pomposo, ilustre, reto, com seu uniforme militar bem apumado, de longe, num grande outdoor ao lado da aduana, “Bienvenidos a Venezuela”. Na aduana, tive meu segundo contato com um venezuelano que por sinal também estava de uniforme camuflado, mas ao invés de acenar aos gringos que entravam no país, tinha, não sei se à sua vontade, de segurar um fuzil. Resolvidas as burocracias na aduana, pensei que estaria livre dos milicos; doce engano... Mal o taxista terminou de falar que a guarda nacional era corrupta, fomos parados, pensei que o “Sargento González” ia revistar até a nossa alma, mas deu tudo certo, nada de revista, só olhou os passaportes e nos liberou.

Durante a viagem de Santa Helena de Uíaren, na fronteira, a Caracas, não foram as atrações naturais venezuelanas que despertaram meu sono, o monte Roraima ou as savanas que o circundam; foram as consecutivas paradas militares, o “pega passaporte e guarda passaporte” e por vezes o “desce do ônibus e sobe no ônibus” e o “pega mala e revista mala”. Não foram uma nem duas, pelo menos seis paradas em barreiras militares neste trajeto. Grande parte dos jovens que podiam estar pensando que “Outro Mundo é Possível” tinham de empunhar fuzis pela *carretera*, afinal, seriam eles com aqueles fuzis ultramodernos, a la Taleban, que

defenderiam a pátria Bolivariana numa eventual ofensiva estadunidense.

Não sei se esse era o desejo deles, pois a perspectiva de trabalho, num mundo em que o trabalho, e, portanto, o trabalhador, são supérfluos, é ainda menos otimista, na periferia do capitalismo, no país do petróleo e do turismo. Fica evidente que o “programa primeiro emprego no exército” parece não só uma solução exclusiva do “eixo do Bem”.

Ver os filmes e ler os livros sobre a ditadura no Brasil, e a presença militar que isso representava não se compara a passar uns dias em um país militarizado. Exército não é só para jurar bandeira... Porém, por aqui, na terrinha, o regime ditatorial acabou, em compensação os morros cariocas, nos últimos dias, estão apinhados de jovens no front, tentando conquistar seu espaço no “programa internacional do primeiro emprego na guerra”. Ainda tem gente que duvida que trabalhador seja supérfluo...

Petróleo, esse sim é um pilar do sucesso do governo Chavez, petróleo para todos, é verdade, um litro de água é mais caro que um litro de gasolina. Com pouco menos de 6.000 Bolívares, o equivalente a 6 reais, você pode encher o tanque do seu carro. Poucas horas no território venezuelano esse programa de governo se atira aos olhos, uma grande frota de Fords antigos só possível de sustentar num país onde a abundância de petróleo é factível. O complexo de

refinarias que passei, na costa leste, evidencia, também, a quantidade de petróleo produzida e releva a importância da Petróleo da Venezuela S.A. (PDVSA) - estatal venezuelana que controla a produção e a distribuição do combustível - e, conseqüentemente, do ouro negro no país. Não é á toa que a gasolina esteja na boca do povo, até o Ragatone, grupo pop venezuelano, tem um hit que ganhou o mundo em que o refrão é “Dame más gasolinaa” e que foi muito executado durante as festas que ocorriam neste VI Fórum Social Mundial.

A chave para felicidade depositada na distribuição da gasolina, no entanto, não gerou uma Venezuela feliz. Caracas, circundada por morros cheios de favelas, os “barrios”, lembra muito as metrópoles brasileiras, pobre e cheia de problemas sociais, como o Rio de Janeiro e Salvador. Em poucos dias de estada, entende-se que semelhança não está só nos aspectos visíveis, há um algo mais em comum nas metrópoles da periferia do capitalismo. A pobreza generalizada que se democratiza de vento em popa, àqueles que se constituíram sem um mercado de trabalho, e toda infra-estrutura social que historicamente se desenvolveu nele. A falta, essa é a palavra chave na nossa “formação”, latino-americana, nos falta tudo e desde sempre. O governo Bolivariano contorna isso, neuroticamente, com suas “Misiones”, à primeira vista interessante, pois é um modo de levar um mínimo a quem não

tem nada - saúde, alfabetização, ensino superior, alimentação - e, residualmente, é um modo de engendrar iniciativas de auto-organização popular; no entanto, tudo isso se sustenta num frágil “Castelo de Cartas”, revelado pelo sociólogo alemão Robert Kurz - no caderno Mais! de 5/2/2006 - no qual o financiamento disso está intimamente relacionado à volátil economia dos petrodólares.

A saída encantadora de se mudar o mundo, ou país, tomando o poder, assegurando um Estado-nação forte, contra uma alternativa hegemônica imperialista, resta cada vez mais distante de uma realidade feliz. Todavia, a alternativa para mudar o mundo, sem tomar o poder, proposta por uma parcela dos participantes deste Fórum Social, em consonância com as idéias do sociólogo americano John Holloway, relativas a experiências do movimento de gênero e do movimento Zapatista, também parece um sonho distante...

Alguns episódios definiram bem esses dias no VI Fórum Social Mundial, em Caracas. O primeiro, foi o fenômeno publicitário Hugo Chavez, desde o nosso primeiro encontro, lá na fronteira, até o último, na TV do terminal rodoviário oriente, o vi sempre no mesmo lugar, na mídia. Logo percebi que além de presidente, ele é um Pop-Star, estava em todos os lugares, outdoors, televisão, banners e até em ambulâncias - estampado na carroceria. Não é por azar que a propaganda tenha seu berço na disseminação da política e a indústria cultural tenha ganhando tanta força nas mãos dela.

Foi uma amiga alemã que percebeu, em meio a esse ataque publicitário, o calor recebido pelos queridos venezuelanos e os milhares de participantes do Fórum, que na realidade estávamos na Chavezuela. Uma Terra do Nunca, uma representação que aconteceu só para quem se inscreveu no Fórum. Lá havia toda uma infraestrutura para nós participantes, com direito a metrô grátis - só para os participantes, digo, inscritos no Fórum -, nem vista na primeira edição. Ótimo, não? Não. Porque infelizmente poucos foram os que vieram para discutir o tema, o já bordão “Um Outro Mundo é Possível”, pois toda a infra-estrutura fornecida por prédios estatais e pelo complexo Hilton - Hotéis e Centro de Convenções - que deve ter gerado muito dinheiro a esse último, muitas vezes, foi sub-utilizada, como nos outros Fóruns muitas atividades foram canceladas e as que ocorriam tinham poucas pessoas em relação aos milhares de turistas, digo, participantes envolvidos. Porém, eles trouxeram muitos dólares para se gastar no país, assim como a passeata GLBT em São Paulo, em que se veiculou pela mídia um argumento pífio - que traz muitos dólares, digo, turistas para cidade - em relação ao tema central da diversidade de gênero.

Diante das infinidades de discussões que ocorriam simultaneamente, elegi algumas, porém as mais interessantes não estavam na programação oficial do Fórum. Aos poucos entendi a aversão de alguns às “discussões”... Para minha sorte, foi nos espaços não tão formais, como no acampamento da juventude ou nos botecos, que adquiri algu-

ma experiência, já que lá nem tudo podia ser programado, de certo modo, liberando as pessoas às discussões espontâneas e à espontaneidade. Todavia, mesmo nestes locais o diálogo, muitas vezes, era sucumbido pela fome de prática que diversas pessoas tinham. Nelas, percebi muita vezes que a vontade era de mudar o mundo, agora e de qualquer jeito. Não importavam muito as implicações das ações, o que importava era agir. A aversão à discussão reflexiva, ao debate de idéias e às idéias alheias ficava cada vez mais evidente.

No final, era tudo colocado em sacolas: idéias, sonhos, desejos e amores... Para isso elas não faltaram, até o governo brasileiro distribuiu, pelo Fórum, sacolinhas verde e amarela, representando a bandeira nacional. Fato que logo causou frisson e tumulto entre os participantes do Fórum, que se digladiavam por uma mísera sacolinha, pois era ali que depositariam todas as suas aspirações. O tumulto só cessou quando dois militares chegaram para a ordenar a balbúrdia estabelecida; com organização e disciplina, logo se fez uma fila. As pessoas já não se digladiavam mais e conseguiam sair cada qual com seu souvenir brasileiro. Irônico, não. As pessoas que vieram pensar um outro mundo possível não conseguiram pensar sequer um jeito de pegar uma sacolinha sem precisar passar por cima do colega. Acabam, então, por acatar um mundo imposto pelo militares. Afinal, é preciso mudar o mundo de qualquer jeito, sem pensar. Não importa se vou passar por cima de outra pessoa. Enquanto o mundo não pensa todo mundo obedece!

# TGI – Obrigado!

Luis Antonio Bittar Venturi

A diversidade do corpo docente dos departamentos de Geografia, reflexo da diversidade do próprio temário desta ciência, pode representar uma riqueza de tendências de pensamento, mas, em determinados momentos as diferenças acirram-se, sobretudo quando a grade curricular e os princípios que a norteiam entram em questão.

Ao longo dos meses de fevereiro e março, o Departamento de Geografia da USP promoveu mais de 15 reuniões para a discussão da grade curricular, seus princípios, seus eixos, além do perfil que se espera do formando em Geografia. Neste processo, o TGI (Trabalho de Graduação Individual) foi um dos pontos mais polêmicos, já que, historicamente, desde que foi insttuído, tem causado um represamento dos alunos, fenômeno que não ocorria antes disso. Nas reuniões de docentes, 95% dos presentes optaram, ao cabo das discussões, por propostas que tornariam o TGI total ou parcialmente eletivo, medida atrelada ao fortalecimento da Iniciação à Pesquisa que, além de obrigatória, teria sua carga aumentada de modo a buscar um reforço ao eixo de pesquisa.

A despeito das profundas e extenuantes discussões de caráter epistemológico que levaram a esse resultado, a questão, levada em plenária, obteve resultado oposto, dando vitória àquela minoria de docentes que procurou manter o TGI como sempre foi.

Pois bem, em meio a toda a diversidade de opiniões, há alguns pontos comuns. Todos concordam, por exemplo, que o

currículo deve ser flexível e promover, gradativamente, a autonomia dos alunos. Ora, sendo assim, manter disciplina obrigatória no quinto ano não iria de encontro frontal à flexibilização? E que tipo de formação espera-se que um aluno tenha para que, após quatro anos de estudo, não seja capaz de decidir por si só, baseado em seus interesses pessoais e profissionais, por um TGI ou por um Estágio Supervisionado de Licenciatura? Obrigá-los a fazer isso ou aquilo, nessas alturas, não seria depor contra a própria formação que lhes foi proporcionada? Essa atitude não seria paternalista e, portanto, contrária à autonomia que se espera deles?

Entre os argumentos favoráveis à manutenção do TGI obrigatório, colocavam-no como condição *si ne qua non* para a formação de geógrafos críticos. Ora, tal argumento também depõe contra a grande maioria do corpo docente cuja formação não incluiu TGI; mesmo assim, lá estamos todos, conscientes, críticos e mais ainda, promovendo o desenvolvimento da consciência crítica.

Infelizmente não houve sensibilidade suficiente para os cerca de 600 alunos que não conseguiram se formar desde 1988, quando o TGI obrigatório foi implantado. Não se atentou para o “silêncio dos inocentes”, sem direito a voz e voto nessa discussão, já que foram jubilados e não fazem mais parte da instituição. Um contingente maior de não formados do que formados que talvez (digo talvez, pois ninguém se interessou por eles) tenham enfrentado condições

mais adversas, inclusive sócio-econômicas, do que os que conseguiram. Contra esses argumentos, fundamentados em dados<sup>1</sup>, foram contrapostos outros que afirmavam de forma inócua, já que nenhum estudo foi feito, que os alunos não se formariam propositalmente para estender o acesso dos benefícios da USP, a exemplo do Hospital Universitário, do Cepeusp (Centro de Práticas Esportivas), entre outros. Ainda que houvesse algum levantamento a esse respeito e esse argumento se confirmasse em certa medida, poderíamos nos perguntar: que tipo de formação crítica teve um aluno que segura uma vaga na universidade pública para manter certas regalias, mesmo que isso custe um atraso no seu desenvolvimento profissional? Onde teria ido parar a formação crítica que ele adquiriu? Em que benefício social se reverteria todo o investimento social que foi necessário à sua formação?

Infelizmente, tampouco houve sensibilidade para o custo social e científico do estancamento de alunos. Custo social, já que, embora se trate de ensino público, ele não é gratuito, ou seja, é financiado pela sociedade como um todo, aquela mesma para a qual se demanda justiça. Custo científico para a Geografia, pois no lugar de termos 600 profissionais, teremos, no máximo, 600 estagiários. Nem professores eles poderiam ser na medida em que já foram jubilados e não pertencem mais à instituição. Não haveria aí um prejuízo moral relativo à função social da universidade pública?

O discurso do TGI como

<sup>1</sup> A esse respeito, ver AZEVEDO, T. R. *O Destino dos Egressos de Cursos de Geografia*. São Paulo: Anais do EGAL, 2005.

condição da formação crítica, normalmente, opõe-se àquele da formação técnica. E com incrível naturalidade, opõe-se esses dois aspectos da formação, como se fossem necessariamente excluídos sem a menor chance de complementaridade entre eles. Ora, se o aluno recebe uma sólida formação crítica, como se considera que tem recebido, como ele a perderia, simplesmente pelo fato de ter adquirido, complementarmente, uma boa formação técnica? Ou se considera que o discurso é suficiente para se trabalhar com a realidade? Não seria interessante que Geógrafos, críticos e com boa formação técnica atuassem no mercado de trabalho? Certamente, nesse caso, os planos diretores e os EIA/RIMAs seriam socialmente mais justos e ambientalmente mais corretos. A consciência crítica estaria vinculada com exclusividade a este ou aquele conteúdo, ou trata-se de uma postura diante de uma realidade, qualquer que seja ela? Preocupar-se com a vida profissional dos alunos, isto é, com o mercado de trabalho, seria jogar fora toda sua formação crítica? Se o é, então ela não foi suficientemente consolidada e caracteriza-se como retórica. Só não se preocupa com o mercado aquele que pertence a uma classe abastada e não precisa trabalhar, ou aquele que tem o conforto psicológico e a estabilidade financeira de um emprego público, ou ainda aquele que não sabe em que mundo está; que está completamente descontextualizado da realidade. Em geral, o aluno de Geografia não se encontra em nenhuma dessas três situações.

E por falar em mercado, é sempre bom lembrar que a USP forma ótimos professores para as escolas de classe média-alta e que, provavelmente poderão levá-los ao Pantanal ou a Brotas em estudos do meio. Já existe

apropriação privada de investimentos públicos, muito bem aproveitados pelo mercado<sup>2</sup>. Também é bom lembrar, que o ensino básico da rede pública só funciona, ainda que mal, porque não depende de alunos formados na USP, caso contrário entraria em colapso. De cada 100 alunos que entram na Geografia da USP, cerca de 30 conseguem se formar. Desses 30, apenas 10 deles trabalham no ensino público, segundo levantamento feito com egressos em 2003. Infelizmente, não são nossos alunos que se voltam para as trincheiras da educação, para as periferias longínquas as quais, não raro, só são conhecidas por imagens de satélite. Se a pesquisa depende da universidade pública, o ensino básico público não, o que é reflexo de um elitismo cada vez maior. E ainda tentou-se argumentar pela obrigatoriedade do TGI atribuindo-lhe um certo papel social no contexto da USP. Esse elitismo tende a reforçar-se por meio de outras “idéias”, como aquela que tenta bloquear o mecanismo de transferência de alunos de outras instituições para a USP. Isso certamente daria um maior conforto didático-pedagógico ao professor. Ora, obviamente é mais desconfortável e difícil trabalhar com a inclusão social; fácil é usá-la em retórica.

Apesar da primeira fase de elitização do ensino público superior via vestibular, os alunos de Geografia ainda apresentam uma certa heterogeneidade (étnica, sócio-econômica, etária). Por essa razão, oferecer mais opções de saída (TGI ou Estágio, por exemplo) seria mais justo e daríamos um voto de confiança ao amadurecimento dos alunos e à formação que pudemos ajudá-los a desenvolver em si mesmos; significaria oferecer possibilidades que atendam melhor à diversidade do corpo discente, mais representativo da sociedade

do que aquele grupo que encontra melhores condições para fazer isso ou aquilo. Impor uma única saída, aquela que mais se adapta ao seu próprio perfil e possibilidades, sem dar chance para qualquer mudança, seria uma forma democrática de pensar e agir? Sobretudo quando se percebe que esta forma única vem se caracterizando mais como um problema do que como uma solução?

Tratar a diversidade de uma única forma é reforçar-lhe as diferenças sob um falso discurso democrático, daí as calorosas discussões sobre as cotas de acesso à universidade. O TGI é o vestibular da saída, que reforça as diferenças entre os alunos elitizando ainda mais o processo de formação, o que se pode observar quando a maioria dos alunos ficam de fora (como a maioria dos que prestaram vestibular também ficaram).

Embora os discursos buscassem sempre valorizar o processo como um todo, e não apenas ao TGI, a plenária seguinte, estranhamente, estava muito mais esvaziada quando o todo passou a ser discutido. Sabe-se lá o que aconteceu para que os alunos votassem contrariamente aos 95% dos docentes (presentes àquela reunião) que discutiram exaustivamente e decidiram pelo TGI como disciplina eletiva. Saí da plenária com a sensação de que a política sobrepôs-se à discussão acadêmico-científica.

Finalmente, quero salientar que este artigo reflete um posicionamento pessoal que advém de uma maior conscientização do próprio ambiente de trabalho. Acredito no dia em que a universidade pública irá adquirir uma postura crítica em relação a si mesma tão consistente quanto aquela voltada para a realidade externa, rompendo cada vez mais as barreiras do isolacionismo.

<sup>2</sup> A esse respeito, ler também VENTURI, L.A.B. *Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior: a Quem Servem?* São Paulo: AGB Informa, nº 80, 2002.

# CONVITE

## Cláudio de Mauro

Sou Bacharel e Licenciado em Geografia, desde 1971, pela Faculdade "Auxilium" de Filosofia, Ciências e Letras de Lins. Fiz Mestrado e Doutorado em Geografia, na Universidade de São Paulo. Desde 1968 trabalho como geógrafo e professor de geografia. Fui professor em Escolas Estaduais e Particulares, trabalhei na Divisão de Geomorfologia do Projeto Radam/Radambrasil, depois fui para a UNESP, em Rio Claro (SP), onde me aposentei; continuo colaborando na pós-graduação.

Durante 8 anos fui Prefeito de Rio Claro (1997-2004), um município com 180 mil habitantes e orçamento de aproximadamente 200 milhões de reais. Sob a liderança do Partido Verde, integramos uma frente partidária composta por PV, PT, PPS, PC do B, PDT e PMDB. Em Rio Claro nasceu Ulysses Guimarães, o que estimulou a vinculação de figuras históricas do PMDB, permitindo sua participação neste projeto desenvolvido por setores da esquerda local.

Minha formação como geógrafo foi muito importante para o percurso da administração em Rio Claro. Em diversas áreas tivemos profissionais com formação geográfica, muitos dos quais meus ex-colegas da UNESP além de ex-alunos do curso de graduação

e da pós graduação. Foram abertas diversas possibilidades para a realização de estágios dos alunos da graduação.

Chegou a hora de cumprir mais uma missão. O Partido Verde realizará sua pré-convenção em março para indicação de seus candidatos para as eleições deste ano. Fui convidado para disputar o Governo do Estado de São Paulo e estamos muito avançados nessa conversação.

Em geral, partidos políticos e candidatos não possuem projetos de governo, trabalham com projeto de poder. Eu quero compor um projeto de poder, mas para implantar um projeto de governo.

Neste momento estamos escrevendo um Projeto para São Paulo. A participação de geógrafos é indispensável na preparação desse projeto.

Tendo em vista minha formação geográfica, e meus antecedentes de já ter ocupado a função de coordenador da Comissão de Meio Ambiente da AGB/Nacional fiz questão de contatar a instituição que nos congrega e organiza. Solicitei uma reunião com a Direção da AGB São Paulo, para informá-la sobre minha pré-candidatura, requisitando a abertura dos espaços de diálogo e reflexão.

Em nenhum momento

pensaria em pedir os apoios formais da Associação, que deve ter independência partidária. Mas a análise, as críticas e apresentações de propostas, a formulação de projetos poderão ser atividades que congreguem muitos de nossos colegas.

A AGB sempre teve engajamento político, não partidário, em sua atuação, seja apoiando os movimentos por moradia, a discussão do Estatuto das Cidades, a mobilização pela reforma agrária, pelo respeito aos direitos dos povos da floresta, comprometendo-se com o Fórum Social Mundial, com embates ambientais, entre tantos outros. Por isso, gostaria muito de contar com as presenças dos associados da AGB, na preparação do Plano de Governo.

**O site da internet** [www.meupais.com](http://www.meupais.com) tem um texto que elaborei sobre Desenvolvimento Sustentável e a primeira redação que denominamos de Plano Motivador sobre Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Esse material está colocado à disposição, desde já, para receber as críticas e sugestões.

Os colegas e amigos da AGB-São Paulo que desejarem colaborar poderão fazer contato pelo email: [claudio43mauro@gmail.com](mailto:claudio43mauro@gmail.com)

# Projeto Mapas Livres

Fernão Lopes

Foi dado o passo inicial do “Projeto Mapas Livres”: <http://mapas.guardachuva.org/>. Essa é a primeira de uma série de páginas e serviços relacionados ao mapeamento e geoprocessamento, utilizando apenas ferramentas e software livre. Além da documentação e referência em cartografia digital, pretendemos hospedar conteúdo livre na área de mapeamento. As linhas gerais do projeto são as seguintes:

1) Documentação e divulgação: artigos, tutoriais e discussões sobre ferramentas livres para mapeamento - divulgação de eventos, atividades e ferramentas.

2) Produção e hospedagem de conteúdo livre: hospedagem de mapas e fontes, criação e manutenção de repositório de acessórios (símbolos cartográficos, etc).

3) Publicação de mapas: criação de um servidor WMS (Web Map Server) somente com conteúdo livre, que possa ser acessado por qualquer pessoa sem restrições, e criação de um cliente web para elaboração de mapas personalizados pelos usuários.

4) Estimular a criação de novos coletivos de trabalho com mapas, fortalecendo a troca de experiências e informações.

Vale ressaltar que esse projeto deve virar um agregado, um coletivo de pessoas que querem discutir mapas sob bases livres - tanto software como conteúdo. A página está vazia ainda, mas pode crescer para todos os lados, com contribuições de várias pessoas.

## SITE DO ENG RIO BRANCO

Todos aqueles que quiserem enviar trabalho para o Encontro Nacional de Geógrafos poderão fazê-lo através do site da própria AGB:

<http://www.agb.org.br>.

Lá estão todas as informações sobre o ENG, normas para envio de trabalhos, cronogramas de atividades, temas e eixos, além das atividades propostas.

É muito importante a participação de todos na construção do evento. Qualquer dúvida e esclarecimento, é só mandar um e-mail para:

[14eng@agb.org.br](mailto:14eng@agb.org.br)

## TAXA DE INSCRIÇÃO

O pagamento da taxa de inscrição para o próximo Encontro Nacional de Geógrafos deverá ser efetuado nas Seções Locais que estiverem devidamente credenciadas junto à Diretoria Executiva Nacional da AGB. A relação das Seções Locais credenciadas e seus respectivos endereços estão disponíveis no sítio da AGB. Eis os valores definidos na 86ª Reunião de Gestão Coletiva da AGB:

	De 2/1 a 3/7	No evento
sócios estud. de graduação	R\$ 70,00	R\$ 80,00
sócios professores	R\$ 100,00	R\$ 120,00
sócios demais profissionais	R\$ 140,00	R\$ 160,00
não-sócios	R\$ 200,00	R\$ 250,00

Vale lembrar que todos os sócios da AGB-São Paulo, que estão em dia com a anuidade para 2006, já podem fazer a inscrição para o ENG na sede da entidade. E em breve iremos informar as datas de nosso pré-encontro.

... não importa que doa:  
é tempo de avançar de mão dada  
com quem vai no mesmo rumo,  
mesmo que de longe ainda esteja  
de aprender

a conjugar o verbo amar...

**Thiago de Mello**

## IMPRESSO

Visite nosso site na internet

AGB-São Paulo: <http://www.agbsaopaulo.org.br>

AGB-Nacional: <http://www.agb.org.br>

Envie artigos, notas e outras formas de expressão  
e comunicação para o INFORMA.

Endereço eletrônico:

[agbsaopaulo@yahoo.com.br](mailto:agbsaopaulo@yahoo.com.br)



# Informa

# AGB

## 71 anos

*Fundada em 17 de Setembro de 1934*

Informativo da AGB-São Paulo nº 89 1º trimestre/2006

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS  
SEÇÃO SÃO PAULO

Av. Prof. Lineu Prestes, 338

Departamento de Geografia - Cidade Universitária - USP

CEP: 05508-000 - São Paulo - SP